REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

JAIME I O CONQUISTADOR E OS VÍNCULOS POLÍTICO-MATRIMONIAIS NA COROA DE ARAGÃO (SÉC. XIII).

JAIME I THE CONQUEROR AND POLITICAL-MARRIAGE TIES IN THE CROWN OF ARAGON (13TH CENTURY)

Lucas Augusto Tavares da Silva[1]

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão voltada aos interesses e reflexos políticos à Coroa de Aragão dos vínculos matrimoniais estabelecidos por Jaime I, o Conquistador (1208-1276), no interstício do seu longínquo reinado marcado pela irrupção de diversos eventos de natureza política, dentre os quais se destacam os dois enlaces matrimoniais estabelecidos pelo monarca com Leonor de Castela (1200?-1251?) e Violante da Hungria (1214-1251) que influenciaram sobremaneira a política interna e externa da Coroa. Assim, este estudo tem como principal objetivo analisar a construção e desenvolvimento dos vínculos matrimoniais de Jaime I com Leonor de Castela e Violante da Hungria, assim como os interesses adjacentes a tais uniões, e compreender a sua relação com a esfera política da Coroa de Aragão em seus respectivos contextos durante o reinado do monarca aragonês. No aspecto metodológico, nos valemos da análise crítica de documentos circunscritos aos campos laico e eclesiástico que constam na Real Chancelaria de Jaime I, especificamente aqueles que versam sobre os arranjos matrimoniais do rei, com amparo teórico das discussões desenvolvidas pela historiografia especializada.

PALAVRAS-CHAVE: JAIME I DE ARAGÃO. VÍNCULOS MATRIMONIAIS. POLÍTICA.

ABSTRACT

This article proposes a discussion focused on the political interests and reflections on the Crown of Aragon of the marital bonds established by Jaime I, the Conqueror (1208-1276), in the interstice of his distant reign marked by the outbreak of several events of a political nature, among the which highlight the two marriages established by the monarch with Leonor of Castile (1200? - 1251?) and Violante of Hungary (1214-1251) who greatly

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná; Pós-Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná; Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR.

influenced the Crown's internal and external policy. Thus, this study's main objective is to analyze the construction and development of the marriage bonds of Jaime I with Leanor of Castile and Violante of Hungary, as well as the interests adjacent to such unions, and understand their relationship with the political sphere of the Crown of Aragon, in their respective contexts during the reign of the Aragonese monarch. In the methodological aspect, we made use of the critical analysis of documents limited to the secular and ecclesiastical fields that appear in the Royal Chancellery of Jaime I, specifically those that deal with the king's marital arrangements, with theoretical support from the discussions developed by specialized historiography.

KEYWORDS: JAIME I OF ARAGON. MATRIMONIAL BONDS. POLICY.

Introdução.

O estabelecimento de vínculos se constituiu como um dos principais pilares sobre o qual se sustentaram o poder, a autoridade e a legitimidade monárquica durante as centúrias tardo-medievais. Tais vinculações poderiam ser de natureza linhagística, que representava um elo entre o monarca e sua ascendência e descendência; vassálica, pautada em um substrato de fidelidade que unia o rei e os agentes de sua sociedade política[2], em especial a nobreza; ou matrimonial, que solidificava uma aliança com amplitude maior envolvendo diferentes reinos, sendo este o tipo de vínculo sobre o qual este estudo se concentrará.

O matrimônio se constitui como uma das mais antigas formas união social e esteve presente, sob diferentes feições, ao longo de toda a diacronia histórica. No que diz respeito ao contexto tardo-medieval, o enlace matrimonial atuava para a satisfação da condição primícia das sociedades humanas de "[...] uma pulsão fundamental que as incita a perpetuar sua existência"[3], em um cenário no qual o matrimônio era a única via moralmente aceita pelo regramento eclesiástico vigente para a procriação, o qual externava a atuação da Igreja no sentido de estabelecer uma regulação a esta peça fundamental das relações sociais:

> Desejosos de conduzir os laicos ao bem, os bispos aperceberam-se de que o não lograriam inculcando a aversão pelo estado conjugal, e de que pelo contrário celebrando tal estado, propondo-o como o quadro possível de uma existência virtuosa, atingiriam o seu objetivo. Para

[2] "[...] todos aquellos grupos sociales con capacidad efectiva y continua para la práctica de poder politico, tanto por el que ejercen ellos por sí mismos como por su intervención o participación en el de la monarquia" (LADERO QUESADA, M. A. Historia Institucional y politica de la Peninsula Iberica en la Edad Media. *En la España Medieval*, Madrid, 23, 200, p. 462. Disponível em: < https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0000110441A>. Acesso em 21 jan. 2025).

[3] DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 10.

> fortalecer os alicerces da sociedade secular, eles empenharam-se em moralizar o casamento[4].

Porém, para além da finalidade gerar uma prole e de "reproduzir de maneira estável as estruturas e relações sociais"[5], o vínculo matrimonial estabelecia um contrato que permeava um jogo de interesses políticos que "[...] con frecuencia y sobre todo en determinados grupos sociales, transpasaban el marco de lo estrictamente personal"[6].

Desta forma, o matrimônio neste contexto detém um papel fundamental no que concerne à dinâmica das relações políticas dos reinos, além de estruturar uma complexa rede pautada pela solidariedade e fidelidade políticas dos estratos nobiliárquico e monárquico[7].

Nesta linha, tendo em conta a influência do matrimônio sobre a esfera política, Fuente Pérez traça os 3 objetivos principais que orbitavam o estabelecimento dos acordos matrimoniais: "mantener una politica exterior de alianzas, sostener el equilíbrio entre los distintos grupos de poder dentro del reinos y cuidar las buenas relaciones com la cúpula de la Iglesia"[8].

Assim, quando se trata do longínquo reinado de Jaime I de Aragão (1208-1276, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1214), cognominado o Conquistador, dentre os diversos eventos de natureza política que o marcaram, fica evidente a relevância dos dois enlaces matrimoniais estabelecidos pelo monarca no que diz respeito ao âmbito sociopolítico da Coroa de Aragão no século XIII, que não só resultaram na interação com outros reinos, mas também influenciaram as relações estabelecidas com a sociedade política interna, notadamente o estamento nobiliárquico catalano-aragonês.

Em vista disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a construção e desenvolvimento dos vínculos matrimoniais de Jaime I com Leonor de Castela (1200? -

---

[4] DUBY,Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 250.
[5] ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2017, p. 159. Disponível em: <https://tinyurl.com/45kxtxfv>. Acesso em: 21 jan. 2025.
[6] GARCÍA HERRERO, María del Carmen. Matrimonio y Libertad en la Baja Edad Media Aragonesa. *In: Aragón en la Edad Media*, Zaragoza, n. 12, p. 271. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108494>. Acesso em 21 jan. 2025.
[7] COELHO, Maria Filomena (Org.). *Alianças Políticas Matrimoniais na Idade Média*. Brasília: Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/46996>. Acesso em 22 jan. 2025.
[8] FUENTE PÉREZ, María Jesús. *Reinas medievales en los reinos hispánicos*. Madrid: La Esfera De Los Libros SL, 2003, p. 32.

1251?, rainha da Coroa de Aragão entre 1221 e 1229) e Violante da Hungria (1214-1251, rainha da Coroa de Aragão desde 1235), assim como os interesses adjacentes à tais uniões, e compreender a sua relação com a esfera política da Coroa de Aragão em seus respectivos contextos durante o reinado do monarca aragonês.

No que diz respeito às fontes documentais, serão utilizados documentos circunscritos às esferas laica e eclesiástica que integram a Real Chancelaria de Jaime I, sendo que o foco de nossa análise será dedicado àqueles que, de alguma forma, tratam dos arranjos matrimoniais de Jaime I com Leonor de Castela e Violante da Hungria, incluindo cartas de arras e sentença de anulação matrimonial, buscando identificar as nuances políticas intrínsecas às uniões ora citadas.

O acesso a uma parte desta documentação é possível através do *Arxiu Virtual Jaume I*[9], vinculado à *Universitat Jaume I* (Castelló – Espanha), no qual estes documentos estão reunidos e transcritos em latim, enquanto a outra fração de tais fontes documentais está disponível na coleção[10] de documentos relacionados ao reinado do Conquistador, compilada em sete volumes publicados desde a década de 1970 até 2017 pelo historiador espanhol Ambrosio Huici Miranda e pela historiadora e paleógrafa Maria de los Desamparados Cabanes Pecourt. Nesta coleção foram reunidos uma extensa quantidade de documentos, muitos deles inéditos, constantes em uma diversidade de arquivos da Espanha.

Nobreza e Coroa: os desafios iniciais de Jaime I de Aragão (1214-1227).

Jaime I, para o qual foi atribuído o epíteto de "o Conquistador", alçou ao trono da chamada Coroa de Aragão[11], ou seja, "[...] el conjunto de reinos, condados, señoríos y dominios gobernados por la soberanía del rey de Aragón"[12], no ano de 1208 ainda com seis anos de idade e viria a se tornar uma das personalidades que mais impactou a conjuntura do espaço político ibérico no século XIII.

---

[9] UNIVERSITAT JAUME I. *Arxiu Virtual Jaume I: Documents d'època medieval relatius a la Corona d'Aragó*. Castellón, © 2006. Disponível em: <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/bjaumei.php>. Acesso em: 22 jan. 2025.

[10] CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio. *Documentos de Jaime I de Aragón*. Valência: Anubar, 1976-2017. 7 v. Disponível em: <https://www.anubar.com/coltm/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

[11] Criada a partir da união dinástica formalizada através do matrimônio do conde de Barcelona Raimundo Berengário IV (1105-1162) e a infanta Petronilha de Aragão (1136-1173). Foi inicialmente integrada pelos territórios matrizes do Reino de Aragão e do Condado de Barcelona, recebendo novas incorporações territoriais advindas de campanhas militares e alianças políticas, vassálicas e matrimoniais.

[12] SARASA SÁNCHEZ, Esteban. *La Corona de Aragón en la Edad Media*. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 2001, p. 5.

Com um reinado longevo iniciado no ano seguinte após a morte de seu pai na Batalha de Muret (1213), durante a Cruzada Albigense[13] no Languedoc, Jaime I passou os primeiros anos de sua infância e adolescência sob a tutela da Ordem do Templo[14] em Aragão, enquanto a Coroa entrou em um período regencial sob a condução de seu tio-avô, o conde Sancho Raimundo[15].

A regência do conde Sancho foi, em grande medida, marcada pelo descontentamento de uma parcela da alta nobreza, chamados de ricos-homens[16], que buscavam "[...] obtener beneficios (fiscales, económicos, concesión de honores[17]) y privilégios específicos del grupo social al que pertenecían"[18].

Tendo em vista a pluralidade de territórios que ora integravam a Coroa de Aragão, suas particularidades específicas também se refletiam nos interesses e aspirações dos núcleos nobiliárquicos locais. Sendo assim, enquanto o Reino de Aragão era

[13] Movimento de cunho religioso-militar encabeçado por uma aliança entre o papado e a monarquia francesa com o objetivo de combater a heresia cátara no Languedoc, região meridional da França também chamada de Occitânia ou Midi. Tendo em vista que parte dos adeptos ao catarismo eram vassalos de Pedro II, o rei aragonês liderou campanhas de contenção das investidas dos cruzados na referida região.

[14] "A Ordem dos Templários, ou simplesmente o Templo, ou ainda, como se designava em seus documentos oficiais, Frates militiae Templi ou Pauperes commilitones Christi Templique Salomonis, Irmãos Guerreiros do Templo e Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, confraria monástico / militar criada em meados do século XII, na chamada Terra Santa, para proteger pelas armas os peregrinos que percorriam a rota rumo ao Santo Sepulcro de Jerusalém, foi um subproduto da febre das cruzadas" (SILVA, Ademir Luiz da. *Os Cavaleiros da Cruz Vermelha: A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa (séculos XII e XIII)*. 2003. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Goiânia, 2003, p. 14. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA___Ademir_Luiz_da._2003.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025).

[15] "Conde de Provença, Roussillón e Cerdanha, filho mais novo do conde Raimundo Berengário IV e de Petronilha de Aragão, cujo matrimônio selou a união do condado de Barcelona e do Reino de Aragão em 1137 e irmão do rei Alfonso II, o Casto" (SILVA, Lucas Augusto Tavares. *A conquista da ilha de Maiorca e o fortalecimento do poder e autoridade real de Jaime I de Aragão, o Conquistador (1229-1232)*. 2019. 80 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61202>. Acesso em: 23 jan. 2025, p. 27).

[16] Integrantes da mais alta estirpe da nobreza em Aragão, os quais "[...] además de tener un origen noble «desde la cuna o nacimiento», detentaban las honores o bienfeituras del rey, es decir, villas y castillos" (UTRILLA UTRILLA, Juan F.. La nobleza aragonesa y el Estado en el siglo XIII: Composición, jerarquización y comportamientos políticos. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (Coord.). *La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I (1213-1276)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009, p. 213. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/46/_ebook.pdf>. Acesso em 24 jan. 2025).

[17] "[...] feudos territoriales que se traducen en un conjunto de fortalezas, rentas y tierras adscritas al poder real y concedidas a los nobles como beneficios a cambio de servicios militares [...]" (UTRILLA UTRILLA, Juan F... De la aristocracia a la nobleza hacia la formación de los linajes nobiliarios aragoneses, (1076-1276). *In: La nobleza peninsular en la Edad Media*. Universidad de Zaragoza: Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, p. 442).

[18] UTRILLA UTRILLA, 2009, p. 206.

caracterizado por feições feudais e agrícolas em sua estrutura econômica e social[19], mantendo assim os interesses da nobreza aragonesa voltados ao espaço intrapeninsular, na Catalunha prevalecia uma base burguesa com interesses mercantis[20], direcionando assim a atenção da sociedade política catalã para o eixo mediterrânico.

Tal heterogeneidade de interesses da nobreza catalã e aragonesa acabou por impor um desafio à atuação da monarquia no que diz respeito às relações sociopolíticas com este estamento, gestando assim um cenário de tensão e instabilidade que ultrapassou o período de regência do conde Sancho e atingiu o reinado pleno de Jaime I a partir de 1218, o qual foi marcado por insurreições nobiliárquicas generalizadas que foram momentaneamente contidas somente com a imposição do Tratado de Alcalá em 1227.

Com o cenário político interno provisoriamente controlado, abriu-se então o caminho para a continuidade da política externa de expansão territorial da Coroa de Aragão por Jaime I, paralisada desde a derrota de seu pai na Cruzada Albigense, iniciando o período do seu reinado que denominamos como *Era das Conquistas*, durante a qual o rei adotou como principal linha de ação o direcionamento de campanhas militares de conquista contra domínios islâmicos na Península Ibérica, o que também serviu ao propósito de mobilizar a atenção da sociedade política da Coroa de Aragão contra um inimigo em comum.

O matrimônio com Leonor de Castela.

Conforme exposto anteriormente, o contexto que correspondeu aos primeiros anos do reinado de Jaime I teve como uma de suas principais marcas a instabilidade política interna na Coroa de Aragão, em especial no que se refere às relações de poder entre nobreza e monarquia. Assim, como forma de construir uma rede de apoio frente a tal cenário político, o rei foi aconselhado por seu conselho regencial a estabelecer um acordo de matrimônio com a filha do rei Afonso VIII de Castela (1158-1214), a infanta Leonor (1200?-1251?).

Este matrimônio, além de estabelecer uma ponte política que consolidaria uma aliança com o Reino de Castela, também iria assegurar a permanência da Casa Real de Barcelona junto ao trono da Coroa de Aragão, tendo em vista que o rei, ainda jovem

[19] SARASA SÁNCHEZ, 2001.
[20] *Ibid.*

naquele contexto, estava sujeito a doenças que poderiam ameaçar sua integridade física, o que tornava a concepção de um herdeiro de fundamental importância[21].

Em tempo, ainda no âmbito do acordo inicial de matrimônio entre Jaime I e Leonor, as motivações que concorreram para a escolha de uma infanta castelhana sustentam-se a partir de uma via notadamente estratégica.

Cabe recordar que a política externa da Coroa de Aragão passou por um processo de reorientação após o período de regência do tio-avô de Jaime I, o conde Sancho Raimundo, cujas ações de cunho militar movidas ao Languedoc provocaram o descontentamento da Santa Sé que, através do papa Honório III, chegou a ameaçar o rei Jaime I de excomunhão, caso as investidas à Occitânia não cessassem.

O abandono das pretensões ultra Pirineus e o consequente redirecionamento da política externa catalano-aragonesa incluiu também os arranjos matrimoniais. Assim, quando o contexto político demandou a necessidade de consolidação de um vínculo de matrimônio para Jaime I, o Reino de Castela mostrou-se como a opção lógica mais viável estrategicamente, tendo em vista que compartilhava não só fronteiras, mas também um ideal religioso com a Coroa de Aragão que, ademais, recebia apoio da Santa Sé: a luta contra os muçulmanos nas ações de Reconquista em curso na Península Ibérica naquele contexto.

O acordo de matrimônio foi estabelecido Ágreda, região fronteiriça entre os reinos de Aragão e Castela, em 13 de fevereiro de 1221 quando Jaime I outorgou carta de arras à futura rainha da Coroa de Aragão. Neste documento, o rei concedeu fortalezas à Leonor localizadas nas seguintes circunscrições da Coroa: Daroca, Epila, Pina, Basbastro, Tamarito, Santo Stephano, Monte Albo, Cerveria, Siurana e Pradis, conforme ilustra o mapa a seguir (FIGURA1)[22], estabelecendo ainda o monarca que os nobres que exerciam domínio sobre terras nessas regiões, mesmo mantendo seus direitos, deveriam ter pela rainha a mesma fidelidade dispensada ao rei, a qual deveria ser mantida também ao seu herdeiro após sua morte[23].

---

[21] BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. *Jaime I y su reinado*. Lleida: Milenio, 2008, p. 68.
[22] SILVA, Lucas Augusto Tavares. *Jaime I o Conquistador e as relações sociopolíticas na Coroa de Aragão (1208-1276)*. 2024. 129 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, p. 48. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/87631>. Acesso em: 23 jan. 2025.
[23] ARXIU VIRTUAL JAIME I. *Jaume I atorga carta d'arres amb motiu del seu casament amb l'infanta Leonor de Castella - Document nº 001437*. Castelló, 2006 ©, não p.. Disponível em: <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=001437>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FIGURA 1 – TERRAS CONCEDIDAS EM ARRAS POR JAIME I À SUA FUTURA ESPOSA, LEONOR DE CASTELA.



A partir da análise do mapa anterior, é notável que as terras concedidas em arras para Leonor estavam localizadas tanto no Reino de Aragão como na Catalunha, territórios matrizes da Coroa. Assim, tendo em vista o contexto vigente de instabilidade política interna nas relações sociopolíticas entre monarquia e nobreza, "[...] podemos inferir que a posse destes territórios pela rainha, advinda com o matrimônio, poderia atuar na reafirmação do poder e autoridade régios sobre todas as circunscrições territoriais que compunham a Coroa de Aragão"[24].

Destarte, o vínculo matrimonial estabelecido entre Jaime I e Leonor assumiu uma clara função política na construção de uma aliança com o Reino de Castela, assim como na reafirmação do poder e autoridade da monarquia, em que pese a tensão política interna daquele contexto, o que permitiu a Jaime I arregimentar apoio junto à Leonor no trato das relações de poder com o núcleo nobiliárquico insurgente, considerando que a rainha "[...] llegó a tener un buen papel, y no sólo sexual, en determinados momentos políticos de Jaime. Era una mujer mayor que su marido. Podían incluso temerla algunos nobles y no hay que olvidar todas las posesiones que, tras el matrimonio, había acumulado"[25].

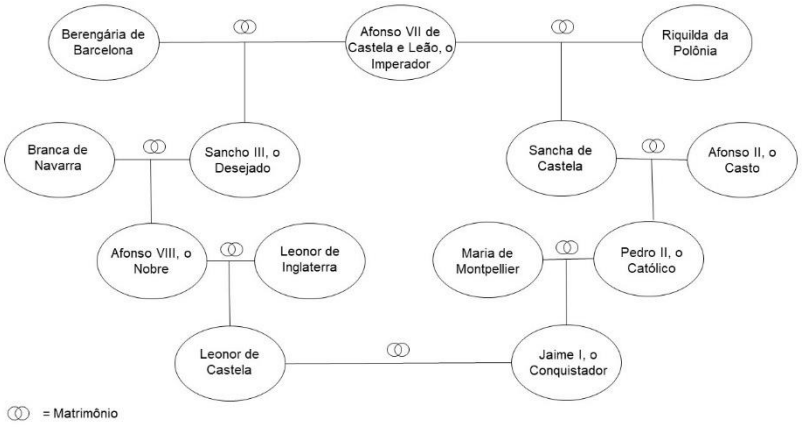
[24] SILVA, *op. cit.,* p. 48.
[25] BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 69.

Assim, externa-se o viés político deste matrimônio como resposta a demandas que o contexto vigente apresentou à Coroa de Aragão, ou seja, a necessidade de apoio ao rei no controle de uma parcela dissidente da nobreza que insurgia-se contra a monarquia, além da possibilidade de concepção de um herdeiro[26] que consolidaria a linhagem de Jaime I no trono.

Apesar disso, talvez o elemento mais distintivo de tal união foi a sua anulação, oito anos após a cerimônia de núpcias. Inferimos que a iniciativa de solicitar a nulidade partiu do próprio Jaime I, a partir da análise de um documento de 1229, no qual o rei afirma sua anuência sobre qualquer decisão que o legado papal pudesse tomar no que atine ao divórcio com a rainha[27].

A sentença de nulidade, anunciada em 29 de abril de 1229, valeu-se da consanguinidade como elemento de justificativa para a anulação, uma vez que Jaime I e Leonor eram ambos bisnetos de Alfonso VII de Castela sendo, portanto, primos de 3º grau, conforme ilustra a genealogia abaixo (FIGURA 2)[28], em um contexto no qual estavam vigentes as determinações do IV Concílio de Latrão de 1215 que estabeleceu "[...] a interdição matrimonial para o quarto grau canônico"[29].

FIGURA 2 – PARENTESCO ENTRE JAIME I E LEONOR DE CASTELA[30]



[26] Deste matrimônio resultou o nascimento do filho primogênito de Jaime I, o infante Alfonso.
[27] CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio. *Documentos de Jaime I de Aragón. I. 1216-1236*. Valência: Anubar, doc. 116, 1976, p. 220. Disponível em: <http://www.anubar.com/coltm/libtm49.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.
[28] SILVA, 2024, p. 89.
[29] BASCHET, Jerôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006, p. 450.

[30] Esta genealogia serve ao propósito de ilustrar o grau de parentesco entre Jaime I e Leonor de Castela, sendo assim, visando facilitar a compreensão, alguns troncos linhagísticos foram suprimidos.

Este ponto merece uma atenção mais detida, uma vez que não nos parece razoável acreditar que tanto os nubentes quanto a autoridade eclesiástica que celebrou o matrimônio desconhecessem o parentesco entre Jaime I e Leonor, descobrindo tal ligação sanguínea somente oito depois.

Em vista disso, é notável que a aplicação ou não das regras canônicas voltadas à anulação de um matrimônio, como a consanguinidade, seguia muito mais a linha dos interesses políticos vigentes do que efetivamente uma lei absoluta, uma vez que "[...] desde la segunda mitad del siglo XI, y aún antes, todos los monarcas peninsulares están estrechamente emparentados y, sin embargo, continúan vinculándose por matrimonio"[31].

Sendo assim, apesar da motivação que baseou o pedido de anulação feito por Jaime I ser inconclusiva, conjecturamos que o fator político novamente se mostrou preponderante, especialmente em decorrência do contexto do reinado de Fernando III[32] (1217-1252, rei de Castela desde 1217 e de Leão desde 1230) em Castela naquele momento, uma vez que o referido rei castelhano adotou uma linha política que

> [...] provocava desconfiança e uma latente hostilidade, quando não uma inimizade declarada por parte do conjunto peninsular não-castelhano. A razão desse estado de tensão é o predomínio econômico, demográfico e militar de Castela e Leão, que provocava um desequilíbrio nas forças políticas peninsulares e apontava para uma hegemonia da Coroa de Castela[33].

Partindo desta linha, podemos entender que o receio e apreensão de Jaime I quanto ao fortalecimento castelhano pode ter sido o elemento preponderante para o pedido de anulação do matrimônio com Leonor, uma vez que a rainha, sendo tia de Fernando III,

---

[31] DEL CARMEN CARLÉ; María; DE FAUVE, María E. G.; RAMOS, N. B.; DE FORTALEZA, P.; LAS HERAS, I. J. *La Sociedad Hispano Medieval. Sus estructuras*. Buenos Aires: Gedisa, 1984, p. 14.

[32] "Fernando III de Castilla y León (1217-1252) protagonizó uno de los procesos de mayor expansión territorial del reino de Castilla sobre los dominios musulmanes de la península ibérica a lo largo de la primera del siglo XIII y puso em marcha un proceso de afirmación de la autoridad regia frente a los distintos actores sociales, lo que permitió a la Corona ganar un papel protagónico en el contexto de la época" (RÍOS SALOMA, Martín F.. Fernando III El Santo, Rey de Castilla y León. In: SOUZA, Guilherme Queiroz; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). *Dicionário: cem fragmentos biográficos*. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 393-397. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oYxUDe78OsHhm3SwL5nO_2AI87rK3hI0/view>. Acesso em: 25 jan. 2025).

[33] REIS, Jaime Estevão dos. *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007, p. 90. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b27a57a8-97cb-4738-beb8-f904212ee978>. Acesso em: 25 jan. 2025.

poderia tornar-se o meio para a condução de uma possível influência de Castela sobre a Coroa de Aragão.

Deste modo, nitidamente o matrimônio de Jaime I e Leonor de Castela, do início ao fim, esteve impregnado por uma latente conexão com o respectivo contexto político vigente que, em 1221, influenciou o seu estabelecimento e, em 1229, a sua anulação.

O matrimônio com Violante da Hungria.

Ainda jovem quando da anulação do matrimônio com Leonor e imerso em um contexto de expansão da hegemonia castelhana sob Fernando III, não causa surpresa o fato de Jaime I ter concretizado um segundo matrimônio, sendo que a busca por uma nova esposa foi intermediada pela Santa Sé através do papa Gregório IX.

Após uma série de negociações, foram apresentadas duas candidatas ao rei: a filha do duque da Áustria e a infanta Violante da Hungria, filha de André II, rei da Hungria, e Yolanda de Courtnay. Tais opções apresentadas pelo papa carregam um claro interesse político por parte da Santa Sé "[...] intentando que se solucionase con un matrimonio con una princesa lejana, que no rompiese el equilibrio del entendimiento francopontificio, ni entrase en colisión directa con los intereses neurálgicos de la monarquía francesa en Occitania"[34].

Jaime I optou pela infanta húngara, sendo que tal preferência se deu novamente em decorrência de um fator político, em que pese o contexto de tensão nas relações com o Reino de Castela. Nesta linha, a escolha de Violante, pertencente a uma linhagem imperial, integrou uma estratégia por parte do rei em cooptar apoio e arregimentar uma aliança junto a espaços políticos extra peninsulares, "[...] voltando-se a um direcionamento oriental da latinidade para níveis de poder mais amplos e alternativos aos ibéricos"[35], tendo em vista que Violante, neta do imperador latino de Constantinopla Pedro de Courtnay[36], provinha de uma linhagem imperial, assim tal matrimônio atuaria como um mecanismo para reafirmar e fortalecer a posição da Coroa de Aragão no espaço político ibérico frente ao poder de Castela.

[34] SALVADOR CLARAMUNT, Rodríguez. La política matrimonial de la Casa condal de Barcelona y Aragón desde 1213 hasta Fernando el Católico. *In: Acta historica et archaeologica mediaevalia*, Barcelona, n. 23, p. 195-235, 2002, p. 202. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/ActaHistorica/article/view/188857>. Acesso em: 25 jan. 2025.

[35] SILVA, 2024, p. 92.

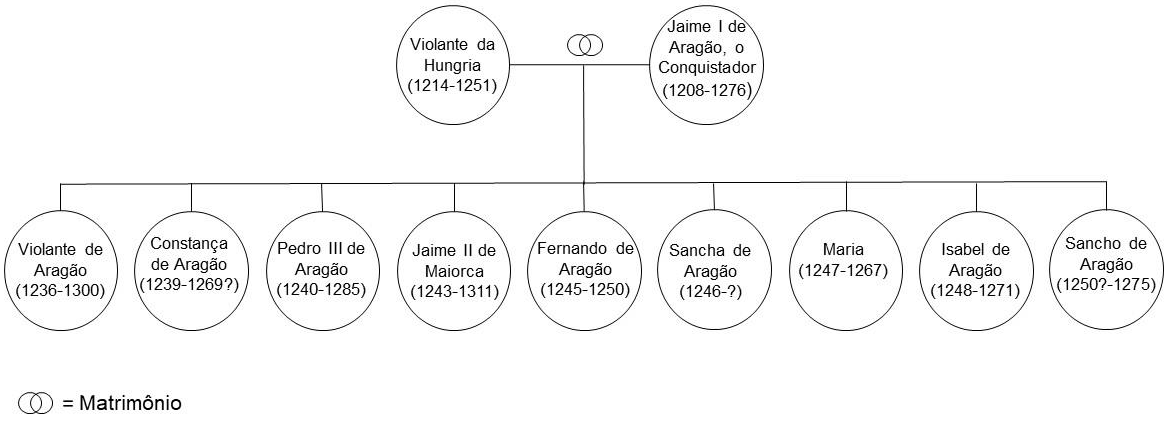
[36] O Império Latino de Constantinopla foi criado em 1204 após a cidade ter sido saqueada e tomada pelas forças ocidentais durante a Quarta Cruzada convocada pelo papa Inocêncio III.

Assim, o matrimônio foi celebrado no condado de Barcelona em setembro de 1235 e três meses depois o rei tratou de outorgar um documento em forma de doação *propter nuptias*[37] no qual estabeleceu a concessão das ilhas Baleares, dos condados de Montpellier, Rossellón e Amillau, além dos espólios territoriais que resultariam da campanha valenciana em curso aos seus futuros herdeiros com Violante:

> Damos e destinamos aos filhos do nosso matrimônio [...] que irão nascer, o reino de Maiorca com as ilhas de Minorca e Ibiza e tudo o que já adquirimos e estamos por adquirir dos muçulmanos no reino de Valência e de qualquer outro lugar [...]; também damos à mesma descendência Montpellier, o condado de Rossellón e o condado de Amillau[38].

Deste segundo matrimônio resultou uma extensa descendência, conforme ilustrado na genealogia a seguir (FIGURA 3)[39], que abriu caminho a um longo processo de repartes territoriais realizados pelo rei entre seus herdeiros em uma série de códigos testamentais, cabendo destacar a atuação da rainha Violante neste ínterim no sentido de "<<colocar bien>> a sus hijos e hijas [...]"[40].

FIGURA 3 – DESCENDÊNCIA DE JAIME I E VIOLANTE DA HUNGRIA[41]



[37] Em razão das núpcias ou matrimônio.
[38] CABANES PECOURT, 1976, doc. 224, p. 370, tradução do autor.
[39] SILVA, 2024, p. 94.
[40] RODRIGO ESTEVAN, María Luz. Los Testamentos de Jaime I: repartos territoriales y turbulencias políticas. In: Cuadernos del Centro de Estudios de Monzón y Cinca Medio, Monzón, n. 35, p. 61-90, 2009, p. 75. Disponível em: <https://www.academia.edu/3040304/Los_testamentos_de_Jaime_I_de_Arag%C3%B3n_Repartos_territoriales_y_turbulencias_pol%C3%ADticas_2009_%3E>. Acesso em: 22 jan. 2025.
[41] Baseada nas informações genealógicas contidas em: RODRIGO ESTEVAN, María Luz. Los Testamentos de Jaime I: repartos territoriales y turbulencias políticas. In: Cuadernos del Centro de Estudios de Monzón y Cinca Medio, Monzón, n. 35, p. 61-90, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/3040304/Los_testamentos_de_Jaime_I_de_Arag%C3%B3n_Repartos_territoriales_y_turbulencias_pol%C3%ADticas_2009_>. Acesso em: 22 jan. 2025

O segundo matrimônio de Jaime I uma vez mais demonstra a intrínseca influência do contexto vigente no sentido de converter o vínculo matrimonial em um instrumento político essencial na Coroa de Aragão, ultrapassando os limites de uma mera união pessoal.

Assim, o casamento com Violante consolidou a aliança com um poder de natureza imperial extrapeninsular que poderia ser explorado para fortalecer a atuação de Jaime I nas esferas política e militar, além de consolidar a posição de sua dinastia tanto internamente na órbita das relações de poder com a nobreza catalano-aragonesa, quanto no âmbito externo face aos demais reinos ibéricos, especialmente Castela.

Portanto, inserido em um eixo de atuação voltado ao Levante Oriental, o matrimônio de Jaime I com Violante da Hungria, cuja linhagem materna remontava à estirpe imperial de Constantinopla, assumiu uma conotação claramente estratégica. Esse vínculo matrimonial transcendeu os limites de uma simples união entre duas pessoas, constituindo-se como uma peça-chave nas estratégias políticas da Coroa de Aragão.

Ao se unir à infanta Violante, Jaime I buscava não apenas fortalecer os laços com um poder imperial além das fronteiras ibéricas, mas também estabelecer uma base de apoio em potencial que pudesse ser instrumentalizada em suas principais linhas de ação políticas e militares.

Considerações finais.

Ao analisar as nuances que envolviam os vínculos matrimoniais no contexto ibérico tardo-medieval, especialmente no que atine às elites laicas, observa-se que o casamento transcendeu o caráter meramente social de uma união entre dois indivíduos. O vínculo matrimonial assumiu um papel de destaque na esfera política, configurando-se como um instrumento essencial para a construção de alianças estratégicas e a manutenção da estabilidade dinástica, refletindo uma dinâmica de influência mútua entre os matrimônios e o cenário político ora em curso.

Nessa perspectiva, o primeiro matrimônio de Jaime I com a infanta Leonor de Castela foi profundamente influenciado pelo contexto político da Coroa de Aragão. Tanto sua celebração, motivada pela instabilidade nas relações de poder com a sociedade política catalano-aragonesa que demandou por parte da monarquia o estabelecimento deste vínculo matrimonial, quanto sua posterior anulação, determinada pelas crescentes tensões nas relações entre Aragão e Castela, refletem o uso estratégico do casamento como ferramenta política.

Quanto ao segundo matrimônio de Jaime I com a infanta húngara Violante, o contexto político, marcado pela apreensão do monarca diante do fortalecimento do poder e da hegemonia da Coroa castelhana, foi determinante para a celebração dessa união que teve como objetivo estratégico ampliar a rede de alianças da Coroa de Aragão, diversificando assim suas conexões políticas para espaços extra peninsulares.

Dessa forma, em ambos os matrimônios estabelecidos por Jaime I durante seu reinado, é perceptível que tais uniões atendiam a interesses políticos diretamente ligados aos respectivos contextos em que foram celebradas, possibilitando a construção de uma rede de apoio e alianças estratégicas voltadas à consolidação da posição da monarquia, tanto nas relações de poder com a sociedade política interna da Coroa de Aragão quanto com os demais reinos ibéricos.

Em suma, o estudo da função política do matrimônio na tardo-medievalidade ibérica desempenha um papel relevante na compreensão das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que serviam ao campo político neste lapso cronológico, uma vez que as uniões matrimoniais, em especial nos estratos mais altos da sociedade, se constituíam como estratégias cautelosamente planejadas visando garantir a estabilidade política e dinástica.